

## **Rupturas e continuidades na formação social brasileira: a transição colônia-império<sup>1</sup>**

Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira<sup>2</sup>

O processo de independência das nações íbero-americanas tem início quando o desenvolvimento econômico europeu assinala a transição para o capitalismo industrial, obedecendo as diferenças e particularidades de acordo com as condições dominantes nas diversas regiões da América, desde o Vice-Reinado do México até o Brasil, passando pelos Vice-Reinos da Nova Granada, do Peru e do Prata. A Revolução Industrial responsável pelo extraordinário aumento da produção, decorrente da substituição da manufatura pela máquina, coloca a Inglaterra na posição de nova metrópole econômica.

Em decorrência destas transformações o antigo sistema colonial, alicerçado no “pacto colonial” que defende o exclusivismo comercial das colônias com as metrópoles, entra em crise. A ação do monopólio comercial apresenta-se como uma necessidade, pois o intercâmbio estava, até então, restrito às duas decadentes monarquias ibéricas que ainda conservavam grande parte de seus domínios, sobretudo graças às rivalidades que dividiam as novas grandes potências européias: Inglaterra e França<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos – AGB – Curitiba-PR, em julho de 1994.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora da UNIVALI e do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFSC.

<sup>3</sup> Para Caio Prado Júnior, trata-se de uma situação anômala pois “já não correspondia mais ao equilíbrio mundial de forças econômicas e políticas. Depois daquele passado já remoto do apogeu luso-espanhol, outras potências tinham vindo ocupar o primeiro lugar no plano internacional: os Países-Baixos, a Inglaterra, a França. No entanto, os domínios ibéricos ainda formavam os maiores impérios coloniais. Corpos imensos de cabeças pequenas...”(in *História Econômica do Brasil*. 14.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971. p. 123).

A subordinação das áreas coloniais às suas respectivas metrópoles, mantida através do monopólio comercial, impõe intermediários (Portugal e Espanha) agora já perfeitamente dispensáveis. O fim do pacto colonial - “expressão perfeita do capitalismo comercial”, no dizer de Caio Prado - coloca-se como uma exigência do capitalismo industrial que tem como único objetivo a busca de mercados para seus produtos e provoca uma tão rápida desagregação que no final do primeiro quartel do século XIX Portugal perdera seus territórios americanos, enquanto a Espanha conservava apenas Cuba e Porto Rico.

O movimento de independência das colônias, no entanto, assume características muito singulares no Brasil onde a transição se faz praticamente sem luta e mantendo a unidade territorial. Essa diferenciação tem raízes remotas e demonstra uma conjugação de elementos que não se reduz meramente às injunções externas. Na verdade, aliam-se interesses internos e externos, pois as pressões externas por liberdade de comércio coincidem com pressões internas no sentido de eliminar a intermediação portuguesa nas trocas. Para a compreensão da evolução histórica brasileira, portanto, há que se considerar os movimentos estruturais internos, juntamente com aspectos da conjuntura internacional, já que a relação entre estes dois planos definirá a organização colonial portuguesa<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Uma breve perspectiva histórica permite perceber a peculiaridade da organização colonial portuguesa. A colonização do Brasil inicia com a implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias, situação em que os donatários ao mesmo tempo em que são senhores de escravos, são vassallos do rei de Portugal. A doação de sesmarias foi o sistema escolhido para o povoamento da colônia e tornou-se a base do regime de propriedade (o latifúndio escravista). O regime das donatárias é fundamental para a tipificação da estrutura colonial brasileira, tida por alguns como feudal (Nelson W. Sodré, Alberto Passos Guimarães) e por outros como capitalista (R. Simonsen, Caio Prado Júnior). Houve período também em que todo o Brasil foi governado por Vice-reis, e isso foi possível apesar da precariedade da administração portuguesa. Finalmente, a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, sob proteção inglesa, proporciona a montagem de um aparelhamento administrativo que prepara para a Independência. No caso da América espanhola, a guerra da independência ratifica as divisões internas do período colonial

Diante disso, coloca-se em dúvida a capacidade explicativa de certas teses consideradas clássicas no pensamento brasileiro que menosprezam a complexidade endógena, enfatizando a estrita dependência da colônia em relação à metrópole e/ou suas ligações com o mercado internacional. Segundo estas teses presentes na historiografia brasileira<sup>5</sup>, os indícios de autonomia são minimizados, razão pela qual o Brasil-Colônia é considerado um enclave dependente dos interesses da metrópole portuguesa, sem vida própria nem mercado interno<sup>6</sup>.

---

e cria outras mais. Para João Cabral de Mello Neto, em entrevista ao jornal "Folha de São Paulo", "a Espanha é um país centrífugo", enquanto "Portugal é um país centrípeto. Portugal só existe na medida em que ele tiver consciência dele próprio, porque senão é engolido. É um pedacinho da península Ibérica. E nós herdamos dos portugueses esse espírito centrípeto. Por isso é que a América portuguesa ficou unida. Não vejo nenhum futuro para o separatismo", no Brasil.

<sup>5</sup> Dentre as correntes teóricas para a análise da formação social brasileira, destaca-se a circulaçãoista (oposta à etapista ligada ao PC até 1964, com ênfase na categoria modo de produção), liderada por Caio Prado e dominante a partir de 1966. Além da parcialidade de uma visão dominada pelos fatores externos, verifica-se uma supervalorização do papel da circulação, das relações mercantis, em detrimento da produção. A origem desta interpretação está em R. Simonsen, mas sua difusão dá-se com Caio Prado. Carlos Nelson Coutinho no artigo "Uma via 'não-clássica' para o capitalismo" (*História e Ideal - Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense / Ed. da UNESP, 1979), aponta para a ausência do conceito de Modo de Produção na obra pradiana, o que acaba por fazê-lo confundir o predomínio das relações mercantis com a existência de um sistema capitalista (ainda que incompleto). Os pontos nodais no debate sobre a formação social brasileira constitui um dos capítulos da dissertação de mestrado, defendida na UFSC por Maria Graciana Espelet de Deus Vieira sob o título "Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido".

<sup>6</sup> João Luís Ribeiro Fragoso, da UFF, no recente trabalho *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, publicado pela Editora Arquivo Nacional questiona dois grandes mestres da historiografia brasileira: o marxista Caio Prado Júnior e o cepalino Celso Furtado. Apresentando um conjunto de dados inéditos, mostra que por trás dos interesses parasitários da metrópole, havia uma economia vigorosa em que era

Diferentemente das visões teóricas da esquerda que enfatizam o atraso, Ignácio Rangel propõe uma interpretação da formação social brasileira que leva em conta a dinâmica interna<sup>7</sup>. Trabalhando com a combinação de modos de produção dominantes que compõem a dualidade básica da formação brasileira (pólo externo e pólo interno, cada qual com duas faces), Rangel demonstra que a economia brasileira reage positivamente no período depressivo dos ciclos de Kondratieff. Portanto, “as dualidades assinaladas na formação social brasileira estavam fortemente relacionadas aos ciclos longos emanados do centro do sistema capitalista”<sup>8</sup>. Vale ainda lembrar que, organizada como uma economia periférica, a economia brasileira, no que diz respeito às relações externas coloca-se sempre numa variável superior ao de suas relações internas, pois é obrigada a acompanhar a economia dominante do mundo que integra. Por outro lado, no que diz respeito às relações internas, coloca-se num estágio inferior. O ponto de partida de Rangel é a visão da IIIª Internacional Comunista que atribui aos países coloniais duas faces: uma interna, dominada pelo feudalismo e outra externa, dominada pelo capitalismo, razão pela qual essas economias não se explicam se não forem analisadas dentro do contexto mundial e também como possuidoras de especificidades internas. O princípio

---

possível investir e enriquecer. Servindo-se de estatísticas e comparações, comprova que já existia no Brasil de dois séculos atrás, um mercado liderado por grandes comerciantes, traficantes de escravos e proprietários de terras, capaz de garantir a acumulação de riquezas e o progresso.

<sup>7</sup> A idéia rangeliana de dualidade deriva da IIIª Internacional (1919, fundada por Lênin: os países coloniais possuem duas faces: a interna, explorada pelo feudalismo e a externa, pelo imperialismo). Para Rangel, porém, o imperialismo e as relações feudais de produção podem ser estimuladoras de crescimento. Note-se ainda que o trabalho de João Luís Fragoso, já referido, prova que a economia brasileira na fase “b” do primeiro ciclo longo (1815-1848) não está em recessão, o que significa dizer que, contrariando as explicações tradicionais, não há equivalência às tendências internacionais.

<sup>8</sup> MAMIGONIAN, Armen. “Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel”. In: *GEOSUL* n.3 Florianópolis: Editora da UFSC, 1º semestre de 1987. p.63-71.

da dualidade, aplicado com rigor na interpretação rangeliana, conduz à percepção de que o aspecto dual é uma peculiaridade não somente de nossa economia., mas da sociedade brasileira como um todo. Na expressão de Rangel, “todos os nossos institutos, todas as nossas categorias - o latifúndio, a indústria., o comércio, o capital, o trabalho e nossa própria economia nacional - são mistas, têm dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior, respectivamente”<sup>9</sup>. Assim, pois, também a composição de classes no interior do Estado brasileiro é dual.

Há que se acrescentar ainda que segundo Rangel, as dualidades brasileiras se abrem nas fases descendentes dos ciclos longos - períodos depressivos do comércio mundial -, quando surge a necessidade de estabelecer novos relacionamentos com o centro do sistema. As novas dualidades emergentes correspondem a reajustamentos estruturais - alterações das bases econômico-políticas da sociedade - que provocam mudanças nas relações de produção e nas classes dominantes. Na formação social brasileira, caracterizada por rupturas e continuidades (idéia que Rangel vai buscar em Caio Prado: **Evolução Política do Brasil e outros estudos**), algumas mudanças, adquirem o caráter de “meias-revoluções”: ora se altera o lado interno, ora se altera o lado externo.

Trata-se agora de voltar ao período histórico em questão: a transição Colônia-Império, correspondendo ao início da primeira dualidade (1822/1888). Convém lembrar que o citado período insere-se no primeiro ciclo de Kondratieff (1790-1848) e, mais precisamente ainda, no início da fase “b” do primeiro ciclo longo, ocasião em que a economia internacional vive um período recessivo. Porém, contrariando a tese da estrita dependência do mercado externo, verifica-se que, além do crescimento dos produtos coloniais, como farinha e charque, o tráfico de escravos para o porto do Rio de Janeiro cresce 4% ao ano. Isto significa dizer que a economia colonial é um pouco mais complexa do que uma “plantation” escravista atrelada às oscilações da conjuntura internacional.

---

<sup>9</sup> RANGEL, Ignácio. **A Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957. (Prefácio).

Do ponto de vista da composição de classes - já que o Estado brasileiro reflete a dualidade básica da economia e da sociedade - a dualidade associa senhores de escravos (hegemônicos) aos comerciantes *import/export* em posição subalterna (os comerciantes portugueses são gradativamente substituídos pelos locais). As pressões externas, por exigências do capitalismo, atuam em dois sentidos: 1º) abertura das áreas coloniais às trocas internacionais; 2º) eliminação do trabalho escravo. O impulso externo encontra solidariedade interna apenas no que diz respeito à primeira exigência, pois interessava à classe dominante libertar-se do exclusivismo comercial, já que o pólo bloqueado era o externo (o capital comercial passa a ser brasileiro). Quanto à segunda, nota-se que as pressões externas (vale dizer inglesas) pela extinção do escravismo não terão ressonância internamente por que “a escravidão ainda era, no Brasil, um instituto sólido e capaz de progresso, desde que nossas relações externas de produção mudassem, ajustando-se às condições que se criavam no mundo exterior”<sup>10</sup>. A ruptura se faz no pólo externo, com um mínimo de mudanças internamente. O apoio da classe dominante à Independência é trocado pela exigência de alterações mínimas nas relações internas e a adesão se faz ainda maior com a manutenção da autoridade do Príncipe Regente, o que assegura a obediência de todas as Províncias, evitando a fragmentação territorial. A libertação do jugo lusitano se faz com uma acomodação máxima com o passado, conservando a estrutura colonial e a autoridade existentes e assegurando a unidade do território.

---

<sup>10</sup> Idem, ib., p.46.